Entrevista

com Antoninho Marmo Trevisan

Nesta edição, a Revista Acadêmica “Augusto Guzzo” entrevista Antoninho Marmo Trevisan, formado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas, presidente e fundador da Trevisan Auditores e Consultores, diretor da Faculdade Trevisan, presidente da Grant Thornton no Brasil, imortal pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis, líder empresarial na categoria Serviços Gerais - eleito pela revista Balanço Anual e Gazeta Mercantil – premiado com o Diploma de Honra ao Mérito Profissional pela Associação Interamericana de Contabilidade. Antoninho Marmo Trevisan foi aluno do curso Técnico em Contabilidade do Colégio “Campos Salles”, entre 1967 e 1969, e considera que esses três anos foram definitivos em sua vida profissional, pois, no ano seguinte à conclusão do curso técnico, iniciou a carreira de auditor.

R.AG. – Sabemos que existe hoje em dia muita preocupação a respeito da responsabilidade social das organizações, portanto, é legítimo afirmar-se que o nível apropriado da obrigação da empresa para com a sociedade limita-se ao âmbito exigido por lei?

Trevisan – Na verdade, a sociedade está passando por uma grande transformação devido, entre outras razões, à revolução das comunicações, o fortalecimento do capitalismo e a passagem da era industrial para a era do conhecimento, que traz consigo uma maior conscientização da sociedade sobre seu papel nesse desenvolvimento e sua responsabilidade perante os menos favorecidos. Essa realidade exige um novo pacto social, cujo papel do estado, das empresas e da sociedade necessita ser redefinido.

Nesse novo cenário, a sociedade brasileira está

assumindo uma postura mais crítica e participativa, não só como um consumidor que exige seus direitos, mas também se organizando em entidades defensoras dos direitos humanos, partidos políticos e associações do terceiro setor.

O setor empresarial, fundamental para o desenvolvimento da sociedade, também percebeu que ter uma atitude responsável perante a sociedade não só cria um diferencial em sua marca como também torna seus atuais e futuros clientes mais fiéis. Poderíamos dizer que esse efeito é externo, pois empresas que se preocupam com sua responsabilidade perante a sociedade já atendem adequadamente seus colaboradores. Estes, ao sentirem o respeito e a postura ética da sua empresa, terão muito mais orgulho de fazerem parte dessa família. Sua dedicação e engajamento nos valores e ideais da empresa os tornarão muito mais eficientes e produtivos. Dessa maneira, as empresas com tal atitude obterão um diferencial em relação a seus concorrentes que lhes garantirá sucesso no presente e no futuro.

O outro agente, o estado, mudando sua postura, passa a ser órgão regulador das relações, deixando seu papel de participante ativo no processo. É neste contexto que a legislação procura definir, de modo acanhado, o papel de cada agente.

Com certeza, quando essa legislação passa a vigorar, muitas empresas já estão operando com responsabilidade social, mas não a grande maioria. Esta é a razão da intervenção do estado, via legislação. Entretanto, a empresa que atuar com responsabilidade social somente em função da legislação está restringindo sua exposição como empresa de vanguarda, pois de nada adianta respeitar a lei e não ter coerência em suas atitudes para com seus colaboradores, fornecedores, clientes.

R.AG. – Em nosso contexto, existe razão para supor que as organizações, de um modo geral, possuam recursos para lidar com problemas sociais, objetivando a melhoria da qualidade de vida?

Trevisan – As organizações representam o setor mais poderoso da sociedade, visto que lideram o processo produtivo e de acumulação de riqueza. Como agentes de transformação da sociedade, a melhoria da qualidade de vida se refletirá em benefício dessas mesmas organizações, pois poderão contar com profissionais mais bem preparados, não só física mas também intelectualmente, e com novos consumidores, até então afastados do processo de consumo. Ou seja, os recursos investidos retornarão para as empresas de uma ou outra forma.

Está claro que em processos recessivos, de dificuldades econômicas devido a quedas nas vendas, os recursos serão reduzidos. Mas como as empresas devem ter visão de longo prazo, se as dificuldades forem superadas, os recursos voltarão a ser empregados nessas atividades.

R.AG. – O custo de eventuais programas sociais não seria um peso para as empresas e teria de ser necessariamente repassado aos consumidores na forma de aumento de preços?

Trevisan – Conforme coloquei anteriormente, as empresas também se beneficiarão dos investimentos feitos nos programas sociais. O que se espera é que as empresas estejam destinando parte de seus lucros para esses programas sem que isso represente um custo adicional em sua estrutura financeira.

R.AG. – Qual a viabilidade de sensibilizar as empresas, para que, além das metas econômicas, antecipem-se agindo, agora, para prevenir o surgimento de possíveis problemas sociais?

Trevisan – Certa ocasião, li nos jornais uma afirmação (o nome do articulista me foge à memória) que me parece ser bastante apropriada para esta questão. “De que adianta as organizações estarem vivendo num paraíso com o inferno ao redor?”

Essa sensibilização deve ocorrer para aquelas organizações que ainda não perceberam essa realidade ou acreditam ser imunes a ela. Este papel cabe a todos nós, através das organizações de consumidores, partidos políticos, associações de defesa do consumidor etc.

R.AG. – Como responsabilizar a organização pelo impacto sobre a comunidade e a sociedade, por exemplo, pelos efluentes que lançam em nossos rios?

Trevisan – A legislação sobre o assunto é bastante rígida, como vimos recentemente com a Petrobrás e o vazamento de petróleo em suas regiões portuárias. Entretanto, este foi um caso de conhecimento público, impossível de ser encoberto. A sociedade, ao saber de alguma irregularidade provocada por qualquer empresa, deve procurar os órgãos controladores, para que estes tomem as medidas cabíveis. Este é o nosso papel como agentes da transformação de nossa sociedade.